

## O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS AULAS DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Silvana dos Santos Costa Oliveira (PPGE/UFMT) – [money.silvana@gmail.com](mailto:money.silvana@gmail.com)  
Silas Borges Monteiro (PPGE/UFMT) – [silasmonteiro@me.com](mailto:silasmonteiro@me.com)  
GT 11: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

### Resumo:

Neste artigo, buscamos investigar como as professoras da área de Linguagens e suas tecnologias utilizam o recurso das videoaulas nas aulas remotas com turmas do 7º ao 9º ano de uma escola estadual de Várzea Grande/MT durante o *continuum* curricular 20/21<sup>1</sup>. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados em documentos oficiais do governo do Estado, grupos de aplicativos de mensagens e salas de aula virtuais utilizados pela escola como meios de comunicação e espaço destinado a interações e momentos de ensino-aprendizagem. O estudo está fundamentado em leis e referenciais curriculares do Governo Federal (Constituição Federal – CF/1988, Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, Lei 9394/96 e Base Nacional Comum Curricular - BNCC) e documentos, instruções e decretos do Governo do Estado de Mato Grosso e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – Seduc/MT, além de pesquisas sobre educação realizadas com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Infância – UNESCO. Os dados serão analisados à luz dos estudos de Zani, Bueno e Dolz (2020), Rojo (2017), Libâneo (2013) e Silva (2019). Os resultados iniciais apontam para a necessidade de repensar a formação continuada dos profissionais da educação, incluindo formações relacionadas ao uso eficiente das TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação e melhoria da conectividade de estudantes e professores.

**Palavras-chave:** Videoaulas. Tecnologias da Informação e Comunicação. Educação no contexto da pandemia

### 1 Introdução

A educação pública brasileira vem passando por inúmeras transformações nas últimas décadas, especialmente após a CF/1988 que assegurou em seu artigo 205 o direito à educação a todos os brasileiros (BRASIL, 1988).

A universalização do acesso à educação pública gratuita representou um grande avanço em termos legais, contudo, a práxis educativa depende da implementação de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência das crianças na escola.

Também, outros desafios tornaram-se evidentes, tais como: quais são os desafios encontrados pelos professores, estudantes ao utilizar, planejar, executar, ter acesso ao recurso de videoaulas no ensino remoto no contexto da pandemia? Que políticas públicas seriam

<sup>1</sup> Nomenclatura utilizada pela Seduc para denominar o biênio 2020/2021, no qual estarão distribuídas a carga horária mínima de 1600 horas para o Ensino Fundamental e Médio Regular.

necessárias para que o direito de acesso aos recursos audiovisuais fosse garantido aos estudantes e professores?

Nesse contexto, as universidades públicas estiveram na vanguarda das discussões em relação à educação pública brasileira, seja contribuindo para a formação dos profissionais da educação ou contribuindo para as discussões sobre a elaboração e implementação de políticas públicas com vistas a melhorar a qualidade da educação brasileira.

Entretanto, os direitos da população à educação e os deveres do Estado assegurados pelos artigos 205, 206, 207 e 208 da CF/1988 precisavam de regulamentação para que cada ente federado tivesse explicitado os direitos, deveres e mantivessem uma certa unidade curricular e de funcionamento de suas redes. A aprovação da nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9394/96, representou essa luta de profissionais e pensadores da educação por uma regulamentação da educação pública e acenou para a garantia de condições mínimas para o funcionamento das redes de ensino.

Em 1997, a aprovação dos PCNs tinha como principal objetivo constituir “um referencial de qualidade para a educação fundamental em todo o país” (Brasil, 1997, p. 13) para que todas as unidades escolares possuíssem um referencial mínimo com vistas a garantir a formação básica comum preconizada pela LDB e, também, em atendimento ao art. 210 da CF/1988.

No subtítulo “Escola e Constituição da Cidadania”, os PCNs enfatizam a necessidade de formação integral dos estudantes, com acesso aos saberes produzidos pela comunidade na qual está inserido e aos saberes científicos e tecnológicos que circulam na sociedade, evidenciando, assim, a “função socializadora da escola” e seu papel na formação para a cidadania (Brasil, 1997, p. 33 e 34).

Então, a escola deveria proporcionar, além da formação acadêmica, o acesso aos bens culturais e científicos produzidos pela humanidade, entre eles à tecnologia, aos filmes e documentários, o conhecimento de seus direitos e deveres garantidos constitucionalmente, entre outros.

Portanto, os desafios que as escolas públicas brasileiras já enfrentavam em relação ao acesso dos estudantes a tecnologia foram potencializados desde que a Organização Mundial de Saúde – OMS elevou a emergência sanitária causada pelo SARS-Cov-2 à categoria de pandemia, em 11 de março de 2020.

Considerando que o distanciamento social o principal meio de prevenção que se conhecia naquele momento, seguindo o que previa a Portaria nº 188/GM/MS do Ministério da Saúde e o

Decreto Estadual nº 413 de 18 de março de 2020, o Conselho Estadual de Educação – CEE/MT publica a Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT, com o objetivo de orientar as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino em relação às normas e procedimentos a serem adotados enquanto perdurasse a pandemia.

Inicialmente as aulas foram suspensas nas escolas públicas estaduais e só retornaram na modalidade remota em agosto de 2020, com o uso de materiais disponibilizados na plataforma aprendizagem conectada<sup>2</sup> e a parceria do governo do Estado de Mato Grosso com a *Microsoft* que viabilizou o uso dos aplicativos da referida empresa por estudantes e professores da Rede.

Contudo, a formação dos professores ofertado pela Secretaria de Estado de Educação – Seduc/MT, denominada “Formação para implantação do plano Pedagógico Estratégico de volta às aulas”, com carga horária de 60 (sessenta horas), realizado de julho a outubro de 2020, ou seja, só teve início na semana anterior à volta às aulas, o que dificultou o processo de orientação dos estudantes em relação ao acesso às ferramentas Microsoft disponibilizadas.

Desse modo, as aulas remotas do período letivo 2020, calendário 2<sup>3</sup> tiveram início em agosto de 2020, com o uso de ferramentas online e o fornecimento de apostilas impressas aos estudantes sem ou com acesso precário à dispositivos de informática (desktops, notebooks, tablets e smartphones) com acesso à internet.

Conforme dados da pesquisa TIC educação 2019<sup>4</sup>, cerca de 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm acesso a computador e 21% acessam à internet exclusivamente pelo celular, o que tornou ainda maior o desafio de implementação do modelo de ensino remoto adotado nas escolas públicas de Mato Grosso, pois os aplicativos e ferramentas adotadas exigiam boa conectividade.

Por isso, o uso de videoaulas disponibilizadas via internet ou gravadas pelos professores tornou-se uma ferramenta importante e uma aliada no processo de ensino aprendizagem, visto que os estudantes poderiam ter acesso aos conteúdos de maneira assíncrona, ou seja, no momento que o estudante pudesse ter acesso à internet.

Portanto, este artigo pretende investigar como as videoaulas poderiam facilitar o processo de ensino aprendizagem nas aulas remotas da área de Linguagens e suas tecnologias, no Ensino

---

<sup>2</sup> Nome da plataforma (site) na qual a Seduc-MT disponibilizou materiais didáticos e apostilas em 2020.

<sup>3</sup> A Seduc-MT disponibilizou dois calendários para o ano letivo 2020 e o calendário 2 deveria ser seguido pelas escolas que aderiram à greve dos profissionais da educação em 2019

<sup>4</sup> TIC Educação 2019: nome da pesquisa. Dados disponíveis em: [https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf), acesso em 10/06/21.

Fundamental anos finais da Escola Estadual Dep. Salim Nadaf, localizada na periferia de Várzea Grande/MT.

A referida escola foi escolhida como lócus da pesquisa porque atende um público de baixa renda, com acesso limitado à internet banda larga, assim cerca de 70% dos 340 estudantes do Ensino Fundamental (anos finais) utilizam material impresso disponibilizado pela escola, aplicativos de mensagens como WhatsApp para se comunicar com os professores e assistem às videoaulas disponibilizadas pelos professores em plataformas de distribuição de conteúdo audiovisual como o Youtube.

O objetivo principal desta pesquisa será investigar como os professores da área de Linguagens e suas tecnologias, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física, do Ensino Fundamental anos finais utilizam videoaulas nas aulas remotas no continuum curricular 20/21.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados realizados através de pesquisa documental nos grupos de WhatsApp oficiais criados pela escola e entrevista via formulário eletrônico com 08 (oito) professoras da área (a entrevista não foi realizada pois o projeto de pesquisa maior ainda não foi aprovado pelo conselho de ética).

Os dados preliminares serão analisados com base nos estudos de Zani, Bueno e Dolz (2020) em relação à formação docente para o uso de videoaulas, Rojo (2017) em relação ao gênero multimodal e multissemióticos vídeo aula que exige formação continuada e diferenciada do professor no uso das TICs e nos estudos de Silva (2019) que tratam da precarização do trabalho docente.

Este trabalho será estruturado em três subtítulos: no primeiro apresentaremos a aporte teórico relacionados ao uso de vídeo aulas como ferramenta de ensino-aprendizagem, no segundo apresentaremos como os dados preliminares foram coletados e uma breve análise dos mesmos e na terceira as considerações sobre este estudo.

## **2. As videoaulas como ferramenta de ensino-aprendizagem**

É inegável que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs ampliaram os espaços de atuação do professor, contudo a falta de formação profissional dificulta a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e favorece a transposição do modelo de educação

tradicional, no qual o estudante é apenas um espectador, para os ambientes virtuais (Moran, 2004).

Para Moran (Ibid.) a sala de aula como conhecemos ainda é importante, contudo, deixa de ser o único espaço de ensino aprendizagem e passa a ser, cada dia mais, um ponto de partida e de chegada nesse processo que será combinada com outros espaços, como os ambientes virtuais de aprendizagem, leituras complementares, videoaulas e entre outros para que, cada dia mais, os estudantes assumam um papel mais ativo, de protagonistas.

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental – BNCC, na competência geral 5, aborda o tema do protagonismo juvenil e sua relação com as novas TICs:

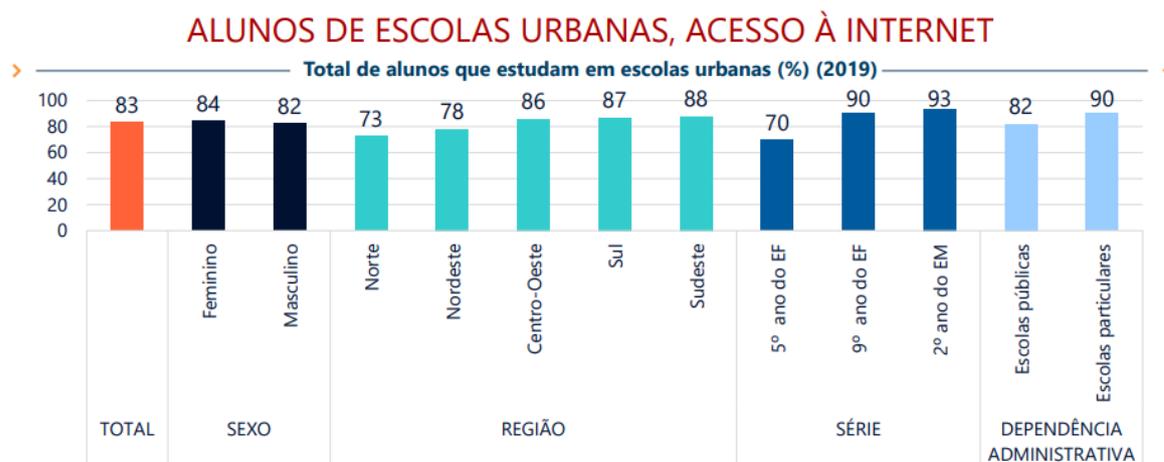
Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9)

Por isso, é preciso repensar a formação inicial e continuada dos professores, ter espaços educativos com boa infraestrutura física e tecnológica, valorizar os profissionais da educação e compreender o papel ativo dos estudantes no processo de ensino aprendizagem.

No cenário da pandemia causada pelo Sars- Cov-2, as redes de ensino precisaram se adaptar às novas realidades impostas pelo necessário distanciamento social e suspensão das atividades presenciais no espaço físico da escola, mesmo as escolas que não tivessem experiência, infraestrutura e formação continuada para trabalhar com o modelo remoto tiveram que aderir aos modelos adotados pelas Secretarias de Educação. Portanto, as escolas assumiram responsabilidades para as quais não foram preparadas, com poucos recursos financeiros e com precária formação de seus recursos humanos.

Nesse contexto, as escolas públicas enfrentaram além do desafio de ensinar de forma remota, o problema de acessibilidade dos estudantes da rede pública que é inferior ao acesso dos estudantes da rede privada, conforme a pesquisa TIC educação 2019:

Figura 1: acesso à internet em escolas urbanas do Brasil



Fonte: [https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf).

Além disso projetos que poderiam garantir o acesso à internet gratuito à professores e estudantes de escolas públicas de Educação Básica como o Projeto de Lei – PL 3477/20, apesar de aprovado pelo Congresso nacional, foi vetada pela presidência e só foi transformado em lei em 2021 através da Lei Ordinária 14172/2021, de 11 de junho de 2021.

A lei prevê repasse da união para os Estados e o Distrito Federal com o intuito de garantir acesso à internet para estudantes inscritos no CadÚnico<sup>5</sup> matriculados na rede pública ou em escolas quilombolas e indígenas e para os professores da Educação Básica, conforme o disposto no artigo 2º da lei. (BRASIL, 2021)

Nesse cenário de difícil acesso à internet de qualidade para as aulas síncrona<sup>6</sup> através de aplicativos de vídeo chamadas ou vídeo conferências como o *Meet*, o *Hangouts*, o *Zoom* e *Teams*, uma alternativa encontrada pelos professores tem sido as videoaulas que podem ser gravadas pelo próprio professor ou que estão disponíveis publicamente nas plataformas de compartilhamento de vídeos como o *Youtube*.

Para Zani, Bueno e Dolz (2020) a videoaula é um gênero multimodal e para que os objetivos pedagógicos sejam alcançados exige muito mais que uma câmera. uma boa comunicação e domínio de conteúdo.

<sup>5</sup> Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

<sup>6</sup> Entendemos por aulas síncronas as interações que acontecem ao vivo, por videochamada com o professor, durante o horário determinado pela escola como sendo horário de aula.

É preciso ter conhecimento desse novo espaço de trabalho e desenvolver as capacidades multimodais, ou seja, faz-se necessário assumir a necessidade de se investir em sequências didáticas para que o professor se aprimore nesses novos conhecimentos. (ZANI; BUENO; DOLZ, 2020, p. 93)

Portanto, a utilização de mídias audiovisuais<sup>7</sup> requer novos conhecimentos do professor, que abrangem conhecimentos técnicos em relação à operação de celulares, computadores e câmeras, à conhecimentos pedagógicos de sua área específica e conhecimento teórico sobre o gênero videoaulas, que tem características específicas:

As videoaulas analisadas por Mussio (2016) apresentaram as seguintes características:

[...] são produzidas através de um texto falado, mas previamente preparado para ser discursado, uma vez que, em sua produção, possibilitam regravações, figuras, gráficos, símbolos matemáticos, diagramas, cenários, vestuários, diferentes entoações etc., todos povoados de vozes plurais, deparamo-nos com um enunciado digital carregado de distintas materialidades. (MUSSIO, 2016, p. 343)

Como produção audiovisual, as videoaulas exigem que seus produtores sigam um roteiro previamente elaborado para que esta mantenha algumas características do gênero como a objetividade, a clareza na explicação da ideia, conteúdo ou atividade e que não seja muito extensa, por exemplo.

Para Rojo (2017), é preciso que a escola leve em consideração os novos cenários e contextos nos quais a escola está inserida e [...] as escolas devem incluir a leitura e escrita de gêneros discursivos multissemióticos (compostos por todas essas linguagens ou semioses, para significar e funcionar) e os multiletramentos e novos letramentos requeridos pelas práticas letradas em que eles estão inseridos (ROJO, 2017, p. 4 e 5).

A inclusão de gêneros multimodais e multissemióticos tornou-se emergente no ensino remoto pois os estudantes poderiam ter acesso aos conteúdos de modo assíncrono e assisti-los quantas vezes fossem necessários, adequando aos horários de estudo que tivesse disponibilidade ou ao seu nível de acesso à internet banda larga, que às vezes se dá no trabalho dos pais, *wifi* grátis de praças, escolas e empresas entre outros.

---

<sup>7</sup> Audiovisual: “qualquer comunicação destinada simultaneamente aos sentidos da audição e da visão” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 49 *apud* ZANI; BUENO; DOLZ, 2020, p. 94)

Desse modo, a disponibilização de videoaulas ou do *link* delas nos grupos de WhatsApp tornou-se uma estratégia de ensino aprendizagem frequentemente utilizada pelos professores do Ensino Fundamental e Médio da Escola Estadual Dep. Salim Nadaf.

A seguir apresentaremos os dados coletados nos grupos de *WhatsApp* nas turmas do 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental anos finais, com enfoque nas disciplinas da área de Linguagens e suas tecnologias, objeto deste estudo.

### **3. As videoaulas no ensino de linguagens e suas tecnologias**

É sabido que os tempos atuais exigiram que as redes de ensino, professores e estudantes se adequassem à novos modelos educacionais com o uso das TICs e que em um país de dimensões continentais e historicamente marcado por desigualdades de ordem raciais, econômicas e culturais, tais desigualdades ficariam mais evidentes e profundas. (ITAÚ SOCIAL, 2020)

Nesse contexto de pandemia, os governos estaduais e municipais adotaram diversas estratégias para que os estudantes, especialmente os de baixa renda, continuassem a ter acesso às atividades escolares e não perdessem o vínculo com a escola, professores e colegas.

Conforme afirmado anteriormente, a retomada das atividades de ensino aconteceu de forma remota no Estado de Mato Grosso aconteceram em julho de 2020 para os professores e em agosto para os estudantes com a entrega de materiais impressos nas escolas estaduais, grupos de *WhatsApp* criados pela escola e professores, aplicativos de comunicação da *Microsoft Teams* em 2020 e *Google Classroom* em 2021.

De acordo com o planejamento pedagógico da Escola Estadual Dep. Salim Nadaf, foi estabelecido um horário de aula que deveria ser seguido pelos professores e estudantes para as interações síncronas e deveriam ser disponibilizados nas plataformas de aprendizagem os materiais: apostilas, textos, áudios, gravações de aula e videoaulas.

Contudo, cerca de 70% (setenta por cento) dos 340 (trezentos e quarenta) estudantes que estão matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental utilizam material impresso e o principal motivo apontado pelas famílias é a baixa conectividade.

Por isso, o uso de videoaulas tem se mostrado uma ferramenta facilitadora do acesso dos estudantes às explicações sobre os temas e atividades propostas pelos professores nas apostilas ou livros didáticos entregues pela escola.

Os sujeitos da nossa pesquisa são 08 (oito) professoras do Ensino Fundamental – anos finais, da área de Linguagens e suas tecnologias, da Escola Estadual Salim Nadaf, localizada em Várzea Grande/MT, que trabalham com as disciplinas de Língua Portuguesa (03), Artes (01), Educação Física (01) e Língua Inglesa (02), todas com formação na área em que atuam, com especialização na área de educação, sendo que 02 (duas) estão em processo de formação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado na área da educação.

Para esta pesquisa com abordagem qualitativa, os dados foram coletados dos grupos de *WhatsApp* criados pela gestão da escola no ano de 2021 e do Mural do *Google Classroom*. Ressalta-se que as mensagens e postagens estão disponíveis a todos que estão inseridos nos grupos ou turmas. As postagens são feitas semanalmente, conforme a carga horária da disciplina nos grupos de *whatsapp* e conforme a necessidade no *Google Classroom*.

Durante o período analisado, de fevereiro a maio de 2021, todas as professoras utilizaram recursos audiovisuais em suas aulas semanalmente, seja áudios, vídeos, imagens, gráficos e *podcasts*. Então, podemos afirmar que os recursos audiovisuais frequentemente utilizados, especialmente como forma de explicar os conteúdos e instruir os estudantes em relação à realização das atividades.

No caso específico das videoaulas, a frequência do uso é menor e varia conforme a disciplina. Em Artes e Educação Física é utilizada entre 01 (uma) e 02 (duas) vezes por mês, em Língua Portuguesa - LP até 03 (três) vezes por mês e, em Língua Inglesa - LI, semanalmente.

Quanto à finalidade, geralmente é utilizada para explicar um conteúdo gramatical, as características de um determinado gênero textual (LP e LI), um movimento artístico ou literário (LP, Artes e Educação Física), instruções para explicar como fazer as atividades (em todas as disciplinas).

Das 08 (oito) professoras, 50% (cinquenta por cento) gravam suas próprias vídeos aulas e costumam gravar algumas de suas aulas síncronas e disponibilizarem no *Google Classroom*. As demais utilizam videoaulas que já estão disponíveis nas plataformas de compartilhamento de mídia.

Portanto, todas as professoras da área de Linguagens e suas tecnologias utilizam videoaulas durante o processo de ensino aprendizagem nas turmas do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental anos finais.

A produção, seleção e disponibilização de videoaulas foi acrescentada por Zani, Bueno e Dolz (2020, p. 98) às tarefas do professor propostas por Freire (2013), conforme figura abaixo:

**Figura 2 - Novas tarefas que constituem o trabalho do professor**



Fonte: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/166801/162691>

Portanto, o acréscimo das videoaulas às tarefas que constituem o trabalho docente está diretamente vinculado à formação continuada, e às práticas de ensino e intervenções didáticas em sala de aula, quer seja no ambiente físico ou nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Contudo, nem a Formação Volta às Aulas 2021 tampouco as Lives de Formação 2021 ofertadas pela Seduc/MT incluíram em seus conteúdos quaisquer tópicos relacionados à tal tarefa, portanto, coube a cada professor procurar formação continuada online nos poucos cursos ofertados gratuitamente por universidades públicas e assistir videoaulas de outros professores e profissionais de multimídia que compartilharam seus conhecimentos, ensinando como fazer e também com o apoio dos colegas de trabalho mais fluentes no uso de tecnologias.

Então, as dificuldades enfrentadas pelos professores no uso da tecnologia deixam evidente a necessidade de mudanças tanto na formação inicial quanto na continuada para que possam compreender que os recursos tecnológicos são uma boa ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, porém, é importante ressaltar que as tecnologias não substituem o papel do professor.

A respeito da formação continuada Libâneo (2004) reforça:

[...] a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudanças nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções e preferências, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

O processo de reflexão e a busca por soluções deve acontecer também mediante ações coletivas, portanto, depende do envolvimento de profissionais da educação, comunidade escolar, entidades representativas de classe e da adoção de políticas públicas de formação continuada por parte do Estado.

Para Rojo (2017) o desafio é utilizar as novas tecnologias não apenas de modo instrumental, mas possibilitar o desenvolvimento das capacidades de ação e interação através dos diversos gêneros textuais, como é o caso das videoaulas.

Silva (2019) destaca que novas demandas relacionadas à implantação da BNCC dos Ensinos Fundamental e Médio nas redes de ensino poderá colaborar tanto para a adoção de formas precárias de trabalho, como o trabalho intermitente quanto para o aumento do volume de trabalho dos professores pois as novas configurações do ensino provavelmente exigirão habilidades no uso de recursos tecnológicos, que demandam tempo de aprendizagem e planejamento diferenciados, aumentando o volume de horas trabalhadas sem que haja remuneração do professor.

Não é objeto do nosso estudo aprofundar em questões relacionadas à precarização e *uberização* do trabalho docente, contudo entendemos que tais questões tornaram-se mais evidentes neste momento de pandemia e evidenciaram a falta de políticas públicas que garantissem os direitos à educação assegurados pela CF/1988, pela Lei 9394/96 e suas regulamentações.

#### 4. Considerações Finais

A aceleração do processo de globalização ocorrido a partir da segunda metade do século XX com o surgimento e popularização das novas TICs não apenas “encurtou” a distância física entre os países, mas também a difusão cultural, de costumes, de línguas e de modos de viver em sociedade.

O advento e a popularização da internet, os meios de comunicação de massa passaram por inúmeras transformações, com a ampliação da produção de conteúdo específica para reprodução em ambientes digitais, redimensionando a noção de tempo, espaço e o modo como se davam as relações de poder nos espaços sociais via discurso.

O afastamento do espaço físico da escola em decorrência das medidas sanitárias necessárias para o combate ao Sars-Cov-2 deixou evidente a falta de uma política de Estado destinada à inclusão digital de professores e estudantes, especialmente os oriundos das periferias, de indígenas, de quilombolas, do campo e das regiões mais afastadas dos grandes centros.

Consideramos que seja importante o uso de recursos audiovisuais em sala de aula, tais como imagens, vídeos, músicas e filmes como ferramentas que oportunizam a socialização, a aprendizagem e o desenvolvimento de diversos conhecimentos e habilidades, especialmente no contexto em que o *Continuum* Curricular 20/21 está acontecendo no Estado de Mato Grosso.

Entretanto, o curso de formação ofertado aos professores em 2020 e as *lives* de formação em 2021 através do CEFAPRO – Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação tiveram abordagem pouco prática, com enfoque em aspectos teóricos em relação à BNCC, filosóficos em relação às concepções de educação, técnicos relacionados ao funcionamento básico das plataformas *Teams* e *Classroom* e não foram trabalhados quaisquer conteúdos relacionados à seleção ou produção de recursos audiovisuais como as videoaulas.

A falta de formação tem influenciado na adoção de um modelo de ensino remoto que parece transpor o modelo tradicional de ensino para o ambiente virtual de aprendizagem, ou seja, o professor mantém o protagonismo durante as interações síncronas e assíncronas.

O protagonismo do professor pode ser observado em relação aos objetivos de uso de videoaulas, que na maioria dos casos visam “instruir” ou “ensinar” a fazer as atividades propostas nos materiais, com poucas reflexões sobre os temas estudados.

Provavelmente os usos que os professores fazem das videoaulas relacionam-se com o fato de não ter sido disponibilizada uma formação específica pela Seduc/MT e, também ainda são poucos os cursos ofertados gratuitamente por Universidades e Institutos Federais relacionados à gravação, editoração e distribuição de videoaulas.

Torna-se urgente que a formação continuada dos professores das escolas públicas contemple cursos voltados ao desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso de TICs e o investimento estatal em infraestrutura de Tecnologia da Informação – TI, acesso à internet e infraestrutura das escolas.

## Referências

BRASIL.[Constituição] (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 julho de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9.394/96. Brasília. DF: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em 05 julho de 2020.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC do Ensino Fundamental. Brasília: 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 23 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 188/GM/MS**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm). Acesso em 10 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: livro 01**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.172/2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.172-de-10-de-junho-de-2021-325242900>. Acesso em 15 de junho de 2021.

CETIC. **Pesquisa TIC 2019**. Disponível em: [https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf). Acesso em 10 de maio de 2021.

ITAÚ SOCIAL. **Retratos da educação no contexto da pandemia do coronavírus: um olhar sobre as múltiplas desigualdades**. Disponível em: [https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia\\_digital.pdf](https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Retratos-da-Educacao-na-Pandemia_digital.pdf). Acesso em 21 de maio de 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT**. Disponível em: [legislacao\(cee.mt.gov.br\)](http://legislacao(cee.mt.gov.br)). Acesso em 26 de maio de 2021.

MORAN, José Manuel. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 4, n.12, p.13-21, maio/ago. 2004, p. 1 -9. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6938/6818>. Acesso em 15 de julho de 2021.

ROJO. Roxane. **Entre plataformas, ODAS e protótipos: novos multiletramentos em tempos de web21**. Revista The Specialist: Descrição, Ensino e Aprendizagem. São Paulo, v. 38, nº. 1, jan-jul 2017, p. 1-27. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219/23261>. Acesso em 18 de maio de 2021.

SILVA, Amanda Moreira da; **A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI**. Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v.17, nº 34, set-dez de 2019, p. 229-251. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38053>. Acesso em 14 de junho de 2021.

ZANI, Juliana Bacan; BUENO, Luzia; DOLZ, Joaquim. **Atividade docente e uma proposta de formação para as vídeo-aulas**. Revista Linha D'Água (Online). São Paulo, v. 33, n. 2, p. 91-111, maio-ago. 2020, p. 91-111. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/166801/162691>. Acesso em 26 de abril de 2021.